



REFLEXÕES SOBRE A EFICÁCIA DE PROJETOS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO DIGITAL EM COMUNIDADES COM ELEVADA VULNERABILIDADE SOCIAL¹

Luciano Gomes Furlan²
Fabio Azambuja Marçal²
Gleison Samuel do Nascimento²
Jean Carlo Hamerski²
Pedro Chaves da Rocha²

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de discutir alguns fatores que comprometem a eficácia de projetos educacionais de inclusão digital em comunidades de marcante vulnerabilidade social, com base na análise de uma experiência de insucesso. Analisou-se a influência de alguns parâmetros externos (sociais, políticos, culturais, tecnológicos, etc), que foram potenciais geradores de abismos entre o discurso (teoria) e a verdadeira realidade que pode estar presente na maioria dos programas e políticas públicas de inclusão digital. Analisou-se a problemática relacionada ao fracasso, o papel de cada um dos integrantes (instituições de ensino, comunidade e setores da sociedade em geral) e a importância da sinergia que devem possuir, de maneira a contribuir para que a implantação de ações educacionais em espaços digitais comunitários possua a verdadeira relevância social do seu propósito.

Palavras-chave: Educação. Inclusão digital e social. Vulnerabilidade social.

REFLECTIONS ON THE EFFICACY OF DIGITAL INCLUSION EDUCATIONAL PROJECTS IN COMMUNITIES WITH HIGH SOCIAL VULNERABILITY

ABSTRACT

The aim of this work is to discuss some of the factors that compromise the effectiveness of digital inclusion educational projects in communities with elevated social vulnerability, based on the evaluation of an attempt that failed. Analyses were made of the influence of several external variables (social, political, cultural, and technological) that could potentially lead to chasms between the theoretical discussion and the true reality likely to be encountered in the majority of the programs and public policies concerned with digital inclusion. Analysis was made of the polemic related to failure, and the role of each of the participating sectors (teaching institutions, the local community, and society in general). Also considered is the importance of the synergy that these should possess in order to ensure that the implementation of educational initiatives in digital community spaces should have the intended social relevance.

Keywords: Education. Digital and social inclusion. Social vulnerability.

¹ Correspondência: lfurlan@iq.ufrgs.br

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Restinga, RS.



REFLEXIONES SOBRE LA EFICACIA DE LOS PROYECTOS EDUCATIVOS DE INCLUSIÓN DIGITAL EN COMUNIDADES DE NOTABLE VULNERABILIDAD SOCIAL

RESUMEN

Este artículo se propone discutir algunos factores que en conjunto ponen en peligro la eficacia de los proyectos educativos de inclusión digital en comunidades de notable vulnerabilidad social. Desde una experiencia de fracaso, se analizó la influencia de algunos parámetros externos (sociales, políticos, culturales, tecnológicos, etc), generando brechas potenciales entre el discurso (la teoría) y la verdadera realidad que puede estar presente en la mayoría de los programas y las políticas públicas de inclusión digital. Se discuten los problemas relacionados con el fracaso, el papel de cada miembro (instituciones educativas, la comunidad y los sectores de la sociedad en general) y la importancia de la sinergia que deben tener en proceso, a fin de contribuir para que las actividades educativas en los espacios digitales comunitarios tengan la relevancia social de su verdadero propósito.

Palabras-clave: Educación. Inclusión digital y social. Vulnerabilidad social.

INTRODUÇÃO

A inclusão, por meio das políticas sociais, é uma questão essencial que leva às chamadas políticas de integração orientada para a diminuição das desigualdades sociais. Torna-se necessário organizar processos de trabalho que dêem visibilidade a esses grupos sociais desfavorecidos e incorporem na atenção as suas demandas, articulando-as com outras práticas sociais. Dessa forma, os processos de exclusão e inclusão social devem ser pensados e investigados, e a partir disso podem ser organizadas novas práticas e metodologias, de modo que elas possam incorporar esses segmentos populacionais e suprir suas necessidades e demandas ([CARNEIRO JÚNIOR et al, 2006](#)).

Nessa perspectiva, a inclusão digital, quando preocupada com a inclusão social, deve privilegiar ações em espaços democráticos que promovam construção da cidadania, onde são necessárias políticas, ações e programas que incluam os chamados “excluídos digitais”, de modo a contribuir para a redução do número de pessoas em processo de vulnerabilidade. Professores e estudantes que se envolvem em ambientes cooperativos de aprendizagem e priorizam o desenvolvimento do saber e do conhecimento passam a olhar para os “excluídos” da sociedade, pois se colocam em um novo lugar, o de quem provoca e potencializa os processos de produção do conhecimento. Dessa forma, os estudantes passam a vivenciar uma experiência construtiva do fazer, ou seja, em ações significativas nos ambientes onde aprendem. Crianças e jovens têm sido o alvo preferencial nas práticas de ações ofertadas pelas instituições de ensino, onde predominam muitas vezes iniciativas de caráter assistencial, constituindo uma forma de resgatar pessoas que estão fora da escola ou motivar as que estão nela e promover sua reaproximação ao espaço escolar. São práticas bastante heterogêneas, que acolhem



crianças, jovens, mulheres, moradores dos bairros de periferias das grandes cidades, entre outros, e que desenvolvem várias possibilidades de atuação que permitam minimizar as situações de vulnerabilidade.

Apesar disso, o desenvolvimento dessas ferramentas, sob o processo de globalização atual, pode criar novos elementos que contribuem para ampliar as desigualdades econômicas. Nos países mais desenvolvidos existem expressivos níveis de conexão à internet, muito à frente das regiões mais carentes do planeta. Aqueles com renda *per capita* menor e/ou com renda mais concentrada são justamente os que ostentam os mais eloquentes indicadores de infoexclusão ([PROENZA, 2003](#)).

Alguns dados sobre inclusão digital levam-nos a questionar se de fato a ampliação do número de pessoas conectadas à internet estão recebendo um acesso qualificado às TIC, e se este acesso tem provido uma melhora significativa na qualidade de vida dessas pessoas. Em países com menos recursos tecnológicos existe um fator econômico limitante para a inclusão digital: a infraestrutura necessária e o número de computadores por habitantes ainda são insuficientes ([MATTOS; CHAGAS, 2008](#)). Paralelamente, um dos pontos-chaves em sido a diminuição da chamada “Exclusão Digital”, entendida como o surgimento de mais uma barreira socioeconômica entre indivíduos, famílias, empresas e regiões geográficas, decorrentes da desigualdade quanto ao acesso e uso das TIC, hoje simbolizadas majoritariamente por meio da internet. A exclusão digital coloca muitos obstáculos ao desenvolvimento das habilidades pessoais, bem como reduz o número de oportunidades no mercado de trabalho, o acesso a bens, serviços e informações. Assim, torna-se um desafio construir um processo de inclusão digital em comunidades possuidoras de altas taxas de analfabetos funcionais, por exemplo.

Porém, percebe-se a importância de definir um conjunto de indicadores que compare a vida das pessoas antes e depois de terem participado de programas de inclusão digital, avaliando o nível de inclusão social, da posterior inserção no mercado de trabalho e melhoria de condições de vida. Estes projetos devem nortear os seguintes aspectos: inserção no mercado de trabalho e geração de renda, melhoria do relacionamento de cidadãos e poderes públicos, incremento de valores culturais e sociais e aprimorar a cidadania e a difusão de conhecimento tecnológico entre outros ([MATTOS; CHAGAS, 2008](#)).

Questões mais duradouras e menos fácil de resolver persistem, especialmente, em termos de exclusão social e cultural, na maneira como as pessoas articulam as significações das TIC e agem sobre elas. A importância recorrente de variáveis como idade, status socioeconômico, educação, composição familiar, gênero e localização geográfica fornecem informações do público on-line presente ([LENHART et al, 2003](#)). São destacados, entre outros, alguns fatores como associados ao não-uso das TIC: renda/status econômicos: baixos níveis de renda estão associados com a exclusão digital; idade: a idade mais adiantada é associada com baixos níveis de acesso; cultura/participação popular: as comunidades com mais altos níveis de contatos sociais tendem a usar mais as TIC. A relevância dessas desigualdades entre diferentes grupos sociais nos resultados do uso das TIC continua significativa. Se indivíduos oriundos de grupos sociais carentes têm uma experiência quantitativa e qualitativamente diminuta de uso dessas tecnologias, então existe um perigo de que fiquem muito mais atrasados que os indivíduos “super-servidos” pelas mesmas. Portanto, o uso dessas tecnologias pode



continuar sendo uma fonte de desigualdades sociais significativas e duradouras. A exclusão digital pode ser um problema social multifacetado e que requer uma intervenção multifacetada. Muitos estudos relacionados sugerem que a solução fundamental encontra-se além de uma mera consideração de disponibilidade de informações e infraestrutura: exigem que os governos intervenham nos fatores profundamente arraigados que, direta ou indiretamente, causaram essa situação (YU, 2006).

A inclusão digital torna-se, assim, um campo de poder dentro do espaço social, onde grupos sociais distintos ocupam diferentes posições, constituindo um eixo inovador e globalizado com ações educativas de acesso universal, ampliando a capacidade de comunicação entre os indivíduos e grupos sociais. O desenvolvimento não se restringe apenas à questão do aparato tecnológico, ou seja, ao aumento quantitativo do número de pontos de inclusão digital, mas sim ao fortalecimento de sistemas educativos que potencializem os usos das TIC (BORDIEU, 1996). Existe, portanto, uma não linearidade entre inclusão digital e inclusão social. Algumas variáveis relacionadas com o ambiente social e econômico, o papel do Estado e dos governantes, e a representação social do significado de bem-estar social, entre outras, são tão relevantes quanto o acesso às TICs. Há, sem dúvida, dificuldades no gerenciamento dos programas estruturantes de inclusão digital, devido à falta de coordenação para as possibilidades de sinergias, ou seja, interações entre os programas (MENDONÇA, 2008).

Sem dúvida as TIC potencializam, no nível local, o acesso dos grupos socialmente desfavorecidos à informação e ao contato social fora dos limites geográficos das comunidades e grupos de origem, permitindo modos de participação social mais democráticos. A questão é saber como os espaços educativos podem usar a tecnologia (em particular, a midiática criativa) como meio de desenvolver uma participação maior nas necessidades e nos interesses da comunidade. No processo, a comunidade torna-se também uma audiência das produções criativas dos alunos. É claro que a Internet, em si, pode ser vista como espaço público dessa natureza, embora seja cada vez mais apossada pelos imperativos dos negócios e, no caso das escolas, usada como forma de relações públicas. Assim, hoje é questão significativa para as políticas públicas manter os espaços não comerciais participativos da Internet, o que não quer dizer espaços oficialmente autorizados e controlados (BIGUM, 2002).

Dentro desse contexto, a criação e manutenção dos chamados telecentros constituem espaços públicos e gratuitos que visam proporcionar acesso às TIC, com computadores conectados à Internet, com navegação livre e assistida, cursos e outras atividades de promoção do desenvolvimento local em suas diversas dimensões. Deve-se questionar e discutir de forma aprofundada se realmente esses espaços, aplicados à população de baixa renda conduzem à inclusão digital, tal qual preconizada nos discursos. A grande questão e a avaliação que devemos fazer são se eles cumprem o papel social que deveriam fazer: se, efetivamente, o uso da Internet amplia a cidadania, combate a pobreza e garante o fortalecimento do desenvolvimento local em comunidades vulneráveis socialmente. Diante desses apontamentos, este trabalho procurou analisar e discutir algumas variáveis, através de um estudo de caso, que possam comprometer a eficiência de projetos de inclusão digital e todo o seu contexto.



METODOLOGIA

O objetivo inicial do projeto foi criar e manter uma Unidade de Inclusão Digital (UID) na Associação Comunitária dos Moradores da Vila Gaúcha, localizada no Morro Santa Teresa em Porto Alegre, aberta diariamente para toda a comunidade, permitindo a inclusão sócio-digital e a democratização da informação para todos os seus membros.

Durante o desenvolvimento das atividades, foram criadas propostas de oficinas de ensino interdisciplinar utilizando as TIC, além de cursos de qualificação profissional como informática básica e manutenção de computadores. Nesse sentido, as ações conjuntas procuraram aproximar os educandos dos saberes e do mercado do trabalho. Tais oficinas e cursos foram elaborados por professores de informática interdisciplinarmente com outras áreas específicas (química, matemática, física, biologia, português, história e geografia, educação física, etc). A criação desta UID tem como objetivo a utilização do computador e softwares livres, como um instrumento de apoio para o ensino propedêutico (matemática, física, química, biologia, português, história e geografia, etc) e como objeto de trabalho para a comunidade, estimulando a construção de um pensamento crítico, científico e profissional.

O projeto proporcionou a atualização dos computadores e a oferta de cursos de qualificação de informática destinados às comunidades da região, da manutenção do núcleo de inclusão digital aberto 40 horas por semana. Essas atividades foram mantidas com a ajuda de seis bolsistas. Inicialmente, foram realizados três cursos, sendo dois de inclusão e um de formação continuada. Além disso, o espaço permaneceu aberto ao público, possibilitando que a comunidade acesso gratuito à internet com o auxílio de monitores.

Desde a abertura da UID, foram ministrados quatro cursos de informática: 01 curso de inclusão digital para crianças; e 03 cursos de capacitação profissional para jovens e adultos. Os cursos foram oferecidos com o objetivo de formar profissionais independentes e capazes de manter a UID em funcionamento após a conclusão do projeto. As atividades tinham como meta a possibilidade de inserção rápida da comunidade no mercado de trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo inicial do projeto foi promover a inclusão social por meio da redução da exclusão digital e proporcionar a aproximação de uma comunidade extremamente carente com o mundo digital, fornecendo elementos suficientes para que a comunidade possa, posteriormente, construir um sólido conhecimento sobre o computador, utilizando-o como ferramenta para a resolução de problemas encontrados no seu cotidiano. Entretanto, surgiram alguns obstáculos que comprometeram o sucesso do projeto, a exemplificar: desinteresse generalizado da comunidade, ausência de lideranças comunitárias, violência e constante tráfico de drogas na região, entre outros. A partir do insucesso das ações educativas propostas, torna-se necessário, então, discutir e analisar as causas do efeito sinérgico (negativo) destas variáveis, que levou ao insucesso da UID e encerramento



precoce de suas atividades e propostas educacionais, que contém parte de muitos dos problemas que a educação brasileira enfrenta nos dias de hoje e cabem reflexões mais amplas, algumas discutidas a seguir.

Essas práticas de educação se traduzem num importante espaço reflexivo sobre este campo de educação e devem ser estudadas. A educação no campo social amplia o conceito de educação e, embora sejam inúmeras as experiências já sistematizadas no âmbito das instituições, ainda são poucos os estudos que se preocupam em problematizar até que ponto, efetivamente, constituem-se em um instrumento de transformação social. De fato, quanto à produção do conhecimento, em geral, observamos que os resultados das pesquisas mais recentes valorizam mais as experiências do que a reflexão e a discussão em torno das questões epistemológicas de uma educação no campo social. São estudos, geralmente, voltados para as particularidades e resultados dos processos educativos que envolvem sujeitos excluídos na busca por brechas de inclusão social ([ZUCCHETTI; MOURA, 2010](#)).

Um dos primeiros fatores causadores do insucesso da UID a ser analisado é o verdadeiro papel e a participação efetiva da instituição comunitária, a fim de promover ações de inclusão digital visando à inclusão social, e a função que deve assumir ao longo de todo o desenvolvimento do projeto e sua manutenção. Muitas vezes as instituições comunitárias, de uma maneira geral, devem ser em sua grande maioria instituições que sigam aos interesses do coletivo. A exemplo de algumas ONGs, associações sem fins lucrativos articulam-se em torno de interesses públicos, mas regularmente se constituem em uma esfera privada, visando gerir necessidades públicas específicas ou atuar sobre elas utilizando recursos advindos geralmente da fonte pública ([LOPES, 2004](#)). Fica evidenciado que a participação comunitária torna a atuação desses espaços educacionais mais flexível e eficaz, uma vez combinam o acesso às linguagens e equipamentos das TIC com uma utilização flexível e múltipla, determinada pela própria comunidade, conferindo sustentabilidade à ação. Organizações locais devem ser envolvidas e comprometidas com o sucesso do projeto desde o seu início, incluindo responsabilidade para o desenvolvimento, operação e produção de conteúdo. O conceito de Mobilização Social ([TORO, 1996](#)) direciona-se a ações coletivas que possuem propósitos comuns e sentidos compartilhados, e o exercício da democracia evidenciado através da participação. A ideia da Mobilização Social não se refere a campanhas ou movimentos pontuais: requer continuidade e cotidianidade das ações coletivas, nas quais a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos ([TORO, 1996](#)).

Paralelamente, não podemos deixar de mencionar outro ponto negativo: a ausência das lideranças comunitárias na UID. O papel individual de cada um de seus componentes e a função importantíssima que exercem, muitas vezes ignorados, constitui uma colaboração muito construtiva. Na Educação Popular, o mediador foi e tem sido o intelectual que se insere no campo social, enquanto em projetos socioeducativos (que resultam de políticas públicas ou não), não há o intelectual engajado, nem a liderança da comunidade. Nessas práticas, o educador tem um engajamento artificial, expresso na figura de um mediador estagiário, voluntário, ou professor/ instrutor que, dificilmente, se vê como um "instrumento de transformação social". Os modelos de intervenção

socioeducativas estão muito distanciados da educação popular, uma vez que esta trabalha pedagogicamente – através de maneiras coletivas de aprendizado e investigação – com o propósito de desenvolver a capacidade de análise crítica das pessoas sobre sua realidade visando ao aprimoramento das suas estratégias de luta e enfrentamento ([ZUCCHETTI et al, 2010](#)). Analisando a proposta da UID, uma das razões do insucesso está relacionada com a mudança de classificação da ação, passando de popular (com a presença inicial dos líderes comunitários, figuras intensas e participativas) a socioeducativa (ausência de líderes comunitários e, conseqüentemente, distanciamento da comunidade). Nesse contexto, ações como essas sempre dependerão, cada vez mais, da qualidade do lugar de execução e do modo da conexão que os agentes sociais ocupam nessas novas estruturas de interação e de produção de informação e comunicação. Se não houver o apoio constante e o retorno esperado da comunidade (a quem se destinam todas as ações), representada pelas figuras de seus líderes, o espaço perde um de seus pilares. Talvez a principal razão da mudança no perfil do projeto está no fato de que exista uma dificuldade imensa no processo de renovação e formação de líderes comunitários na região: uma vez que os atuais não podem mais exercer suas atividades, muitas vezes por motivos pessoais alheios à sua vontade, a sua figura dificilmente é substituída. Um dos fatores determinantes é que os jovens da comunidade dificilmente engajam-se em trabalhos sociais e voluntários: se a substituição/renovação não acontece, a comunidade fica abandonada e sem representatividade. E se o líder comunitário não atuar como mediador entre a comunidade e as associações de ensino, cria-se um abismo entre eles e muitos objetivos podem não ser alcançados, como evidenciado pelos resultados alcançados. Dentro desse contexto, a representação comunitária desenvolve um papel fundamental em projetos educativos que visam à inclusão social. O líder crítico deve saber identificar relações de poder escondido nos sentidos culturais (crítica ideológica) e também contribuir com a prática na busca da dissolução de tais relações; deve também tentar equalizar o poder entre os indivíduos e os grupos no sentido de uma maior emancipação: dessa forma, a legitimidade do líder não vem apenas de sua capacidade crítica, mas também construtiva, de satisfazer as necessidades, os valores e as expectativas, não só da comunidade organizacional, mas também da comunidade política mais ampla ([ESTÊVÃO, 2000](#)). A ausência de figuras como os líderes comunitários tem sido um dos motivos da alta taxa de evasão e do desinteresse da comunidade na utilização desses espaços. Devemos considerar que a sustentabilidade de um projeto não se restringe apenas as questões financeiras: envolve também questões sociais e culturais (que envolve participação, confiança, pró-atividade, reciprocidade, etc), sustentação política (dentro e fora da comunidade onde se localiza o telecentro) e tecnológica (inclui conectividade e integração com outros telecentros em rede). Com certeza as práticas educativas externas ao ambiente escolar aparecem como possibilidades de superar lacunas deixadas pelo sistema de ensino proposto. No entanto, a ausência de elos entre comunidade-espaço escolar, exercido pelas lideranças comunitárias, compromete a sua eficácia. Fazer inclusão digital desejando uma mudança no papel dos indivíduos é algo mais complicado e muitas vezes difícil de acontecer.

Outro ponto a ser analisado é a posição geográfica da UID. O critério de localização em um planejamento de telecentros comunitários é crítico, pois a instalação dos mesmos em localidades muito afastadas pode resultar em uma massa de usuários



insuficiente ([GOUSSAL; LEZCANO, 2000](#)). De fato, a UID localiza-se numa região de acesso restrito (Vila Gaúcha) e este fator contribuiu para a baixa procurados cursos e utilização do espaço, apesar da região ser muito populosa. Por outro lado, esse não deve ser mais um fator excludente de ações em regiões carentes e impossibilitar estas comunidades de terem acesso as TIC.

Merece atenção um dos principais desencadeantes do insucesso das ações educativas na UID: o intenso tráfico de drogas e criminalidade ao redor da sede, inibindo a participação da comunidade e intimidando todos seus executores e frequentadores. O tráfico de drogas é um problema social e interfere no cotidiano escolar, trazendo à luz as dificuldades em lidar com esta problemática em decorrência dos efeitos e consequências sobre os estabelecimentos de ensino, contribuindo para inibir fortemente atividades educativas. Ações de violência nos espaços externos da escola, além de aparecerem como mais numerosas, são percebidas como mais ameaçadoras que as que ocorrem nas dependências das instituições. Nesse espaço, acontecem as mais variadas formas de assédio dos alunos por traficantes e distribuem-se pontos de venda de drogas, alguns mais facilmente identificáveis, outros nem tanto. Além de sua abordagem no trajeto para casa, são muitas as escolas públicas nas quais os alunos só têm espaço, quando não estão em aulas, na rua, facilitando o cerco do tráfico ([GUIMARÃES, 2005](#)). Nesse diagrama, também há um espaço social marcado por um desencontro entre a instituição escolar e as particularidades culturais de comunidades com elevada vulnerabilidade social. Saliente-se, ainda, que a relação da escola com as particularidades culturais dos grupos que compõem o espaço social local em que ela se localiza é marcada por uma violência simbólica do saber escolar, exercida, muitas vezes, por hábitos sociais, pelos professores e funcionários da instituição: uma relação de poder que impõe um conjunto de valores ao conjunto da população envolvida. Por outra parte, há uma complexidade de tempos sociais na relação entre a escola e o meio social: as incongruências do tempo social no qual a escola se insere, marcado por uma disparidade entre as expectativas diferenciadas do papel da educação escolar como meio de socialização ([FUKUI, 1992](#)).

Do ponto de vista do controle e da prevenção do crime, a principal manifestação de desorganização social é a incapacidade de uma comunidade supervisionar e controlar seus componentes. Há diferentes aspectos das relações sociais estabelecidas na comunidade/vizinhança em torno da idéia de controle social exercido por comunidades organizadas. No plano da vizinhança, o desejo dos moradores intervirem em nome da segurança pública depende do nível de confiança mútua e do compartilhamento de expectativas, ou seja, quando o nível de confiança mútua é baixo, as regras são pouco claras, e as pessoas temem umas às outras, é improvável que intervenham em nome da segurança pública. A existência de fortes laços de parentesco, amizade e camaradagem pode aumentar a organização social, mas a capacidade coletiva para a ação social, mesmo quando enraizada em laços pessoais fracos, constitui o mecanismo mais importante para entender as variações nas taxas de crime entre comunidades ([SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997](#)). A ineficácia coletiva, em nosso caso, contribuiu para o desenvolvimento do tráfico, que traz consigo outros problemas como violência, repressão e medo generalizados.

O declínio da influência dos agentes tradicionais de controle social nas comunidades urbanas, particularmente sobre a juventude, pode elevar os índices de

criminalidade. Estes agentes são as famílias, igrejas, escolas, a solidariedade étnica e os valores tradicionais. Supostamente, o problema do crime e da violência vem se agravando, porque esses agentes perderam suas capacidades de organizar as comunidades e de exercer controle sobre elas ([SILVEIRA, 2008](#)). Diante de situações como essa, os espaços educacionais não possuem forças próprias para inibir tais ações e cada vez mais perdem espaço no meio em que estão inseridos. No mundo de hoje, o crime organizado representa uma instância de poder que não pode mais ser ignorada. Torna-se evidente que essa presença afeta as relações entre todos os envolvidos em processos educativos sejam eles quais forem. A violência de rua penetra na escola (e em qualquer espaço educativo), preservada por códigos como a proibição da prática de delação e a ausência de vigilância efetiva dentro destes espaços. A violência urbana ou extramuros figura, portanto, como um dos principais motivos de afastamento dos jovens dos espaços educacionais. Não é novidade a banalização da violência sobre a sociabilidade dos alunos e a existência de um clima tenso entre adultos e adolescentes ou dos alunos entre si que afeta o conjunto da atividade escolar, resultando muitas vezes em evasão ([ZALUAR; LEAL, 2001](#)). Tem-se, portanto, a constituição de um fenômeno complexo, que não está restrito à realidade interna da escola, mas que põe em destaque questões institucionais e problemas sociais mais amplos. As informações sobre o entorno das instituições de ensino, provindas principalmente dos relatos dos alunos, evidenciam que os bairros onde estes residem são marcados por situações de violência fortemente associadas à presença do tráfico de drogas. O estabelecimento do comércio ilegal de narcóticos e armas vem sendo responsável pelo aliciamento das camadas jovens, especialmente do sexo masculino, nos bairros pobres dos grandes centros urbanos, tendo como consequência um dramático crescimento no número de homicídios. O poder exercido pelos traficantes, gerando tensão entre estes e os moradores, o recrutamento dos jovens para as suas atividades e a ocorrência de mortes violentas são todos elementos que compõem um processo em que homens jovens acabam sendo ao mesmo tempo vítimas e algozes, demonstrando sua maior vulnerabilidade ([ZALUAR, 2004](#)). Desenvolve-se, portanto, um sistema comandado pelas drogas e todo o poder paralelo que o tráfico exerce.

A existência e presença constante, portanto, de opções de trabalho informal no mercado das drogas contribui para diminuir, aos olhos das pessoas mais desfavorecidas, a importância da escolarização e das oportunidades de profissionalização que são oferecidas. Sem dúvida, a violência e o desemprego são dois problemas que dificultam muitas ações. Os jovens tragados por atividades criminosas tendem a não mudar de vida mesmo que a macroeconomia reaja favoravelmente, caso não haja um trabalho cooperativo entre Família – Escola – Estado. O Estado e o mercado não conseguem suprir os desafios do desenvolvimento social com equidade: a participação dos cidadãos é essencial para consolidar a democracia e uma sociedade civil dinâmica é o melhor instrumento de que dispomos para reverter o quadro de pobreza, violência e exclusão social que ameaça os fundamentos de nossa vida em comum ([FERNANDES, 2002](#)).

Torna-se muito difícil um trabalho de inclusão, que ocorre de maneira isolada, conseguir mudar algumas características culturais de famílias com o perfil da região, que por sua vez caracterizam-se por baixa renda, baixa escolaridade ou analfabetismo, grande número de filhos, filhos de diferentes parceiros, mães fora do mercado de



trabalho, pais ausentes e ambientes desorganizados ([ZOTTIS et al., 2008](#)). A presença da violência e tráfico de drogas tende a construir suas personalidades, definindo os seus caminhos, produzindo uma nova cultura, uma nova concepção, um novo jeito de se relacionar com o outro. A relação da violência com o crime organizado e com o tráfico de drogas tem uma significância muito relevante diante das políticas de prevenção e de combate à precarização e exclusão dos jovens de baixa renda nas grandes cidades. Entende-se que se não houver um suporte mínimo à realização de projetos educacionais, estes tornam-se sérios candidatos à extinção ([MELO et al., 2007](#)).

A família desempenha um papel importantíssimo no apoio às instituições de ensino. As condições de vida inadequadas, o desemprego, o alcoolismo, a perda da autoridade dos pais, as brigas conjugais, etc são combustíveis para a violência e consequente comprometimento do processo de socialização das crianças e adolescentes ou o que ainda pode ter restado dele. Torna-se, então, urgente a incorporação do debate sobre os diversos tipos de processos sociais relacionados, direta ou indiretamente, a processos de vulnerabilidade. Nesses segmentos, as condições de vida estão muito aquém do mínimo necessário e as respostas dadas pelas políticas, muitas vezes, não alcançam os efeitos planejados. A ruptura da estrutura familiar e das redes de apoio social, a ausência ou a perda de redes comunitárias, o fim da condição salarial e do emprego estável são elementos que normalmente levam a processos, muitas vezes irreversíveis, de vulnerabilidade, que acabam comprometendo muitas das ações educativas destinadas à população, como foi o caso desta UID.

Adicionalmente, outro parâmetro que contribuiu para a baixa frequência e evasão também pode ser explicado pelo fato de que um espaço digital com ênfase educativa não possui os mesmos atrativos de espaços como *lanhouses*, por exemplo. Na UID, as atividades são sempre supervisionadas por um monitor e coordenadas por uma equipe de educadores. A conexão à internet não é muito rápida, e não é permitida a instalação de jogos e acesso a conteúdos inadequados. É nítido que espaços de inclusão digital educativos são menos atrativos, pelo menos aos mais jovens, que as *lanhouses* e o prazer proporcionado pelos os games *online* e das principais redes sociais como *Twitter*, *Facebook* e *Orkut* entre outras. Embora mais prazerosos ao público, nestes são reduzidas as relações cooperativas na construção de saberes livres e coletivos e acesso a redes de mobilização social, configurando-se meramente como recreativo, muitas vezes com a presença de conteúdos inadequados, como jogos violentos. Nesse sentido, apesar do aparente esforço e dos investimentos em popularizar a Internet em espaços comunitários, o público (principalmente os jovens) prefere outros pontos alternativos de acesso, como as *lanhouses*.

Dentre as diversas dificuldades encontradas para obter resultados satisfatórios na inclusão digital, é significativo o fato de os usuários de baixa renda não compreenderem a amplitude das propostas dos mentores dos projetos com relação aos potenciais das tecnologias digitais. O abismo entre as expectativas torna-se um fator agravante e gerador de desmotivação. O simples acesso não garante que a informação seja processada, assimilada e que se transforme em conhecimento. Ainda não se pode perceber uma produção efetiva de conteúdos por parte dos usuários, principalmente devido às dificuldades de letramento dos cidadãos de baixa renda que vivem em áreas de risco social, e que em sua grande maioria tem acesso limitado à educação formal de



qualidade. Caso uma parte dos objetivos não tenha sido devidamente alcançada, como foi o nosso caso, fica a dúvida se estes espaços contribuem positivamente para uma política pública mais ampla, capaz de responder pela pobreza e cidadania da população. Percebe-se claramente que os membros da comunidade têm dificuldades em perceber a necessidade de romper com o modelo (linear e fragmentado) das escolas, resultando na sub-utilização desses espaços.

Além disso, a pouca frequência em espaços como esses, situados dentro de comunidades carentes, é um indicador de descrença do público, dos objetivos do projeto e a baixa perspectiva de mudança no que diz respeito à inserção rápida dessas pessoas no mercado de trabalho e acesso a condições mais dignas de vida. Deve-se refletir nas questões dos espaços comunitários digitais para que não sejam cometidos os mesmos erros das bibliotecas públicas, por exemplo. Nelas há a dificuldade de transformar a experiência (das bibliotecas públicas) em um espaço democrático na trajetória histórica dos ambientes informacionais. Alguns desses entraves encontram-se na formação cultural, no sistema educacional, na descontinuidade de ações, na dificuldade de consensos e variadas áreas de conflito (técnicas e políticas), na falta de mão-de-obra qualificada, além daqueles relacionados à ausência de planejamentos, de análises mais acuradas e de estudos de necessidades informacionais das comunidades ([BARRETO; PARADELLA; ASSIS, 2008](#)). Se os objetivos desses espaços são a alfabetização digital, de interlocução direta da comunidade, certamente alguns conceitos e ações precisam ser revistos pela nossa sociedade.

A afirmação de que espaços de inclusão digital devem proporcionar o “uso intensivo da tecnologia da informação para ampliar a cidadania e combater a pobreza, visando garantir a privacidade e segurança digital do cidadão, sua inserção na sociedade da informação e o fortalecimento do desenvolvimento local” evidenciam um discurso que não leva em conta a formação educacional e profissional da população ([NAZARIO, 2010](#)). Esse é um discurso que faz crer que a tecnologia e os avanços da sociedade se entrelaçam e que o acesso eficiente, planejado, intencional e competente às TIC pode contribuir para melhorar as oportunidades de vida. Entretanto, ignoram que os já marginalizados possuem oportunidades reduzidas e que a prática de muitas dessas ações ficam aquém do esperado, de que a inclusão digital para gerar inclusão social não funciona na prática. É imperativo fomentar ações que permitam ao sujeito a construção de estruturas prévias, tais como “a língua, o letramento, a educação, as estruturas comunitárias e institucionais”. Somente após essa construção, seria possível realizar um uso significativo das tecnologias ([WARSCHAUER, 2006](#)).

Tomando como base este estudo de caso, fica a dúvida se muitas de nossas políticas públicas compensatórias resolvem plenamente o problema da educação e da inclusão digital com a simples transferência de computadores para zonas desfavorecidas. É certo que estas comunidades são também excluídas de muitos benefícios básicos como moradia digna, saúde, educação e segurança pública. Percebe-se, diante disso, que a inclusão social obtida através da inclusão digital não é uma tarefa que estes espaços conseguirão sozinhos. É necessária a presença de uma infraestrutura mínima que dê suporte a eles. Combater a desigualdade e a pobreza continuava sendo um dos deveres do Estado, mas as políticas sociais com foco nesse objetivo deveriam ser coerentes com as formas emergentes da política participativa – e integrar em seu desenho as dinâmicas



comunitárias. Teriam por alvo o fortalecimento das capacidades e dos saberes já mobilizados pelas lideranças das comunidades em parcerias com as organizações do terceiro setor, com o poder público e com setor privado.

Percebeu-se, neste estudo de caso, que as TIC pouco podem ajudar a alterar os recursos limitados e as situações vulneráveis de algumas pessoas caso não hajam ações integradas para que isso ocorra. Múltiplas variáveis devem ser amplamente discutidas: econômica, cognitiva e principalmente política dentro do espaço social. Ao se formular uma proposta educativa de inclusão digital é preciso saber quais dimensões da exclusão social serão abordadas e quais aspectos desejam-se melhorar. De fato a situação socioeconômica brasileira não favorece o acesso tecnológico à população de baixa renda e o acesso à educação de qualidade, comprometendo o processo de inserção no espaço educacional, no mercado de trabalho, bem como o desenvolvimento de estratégias de geração de renda. O fato é que contextos educacionais e culturais precários e ineficientes, o uso dessas tecnologias torna-se mais um problema do que possibilidades de redimensionamento de estratégias e ações no campo educacional, e pouco influenciam a ampliação do nível educacional e cultural comunidade. Em Face dessa realidade, percebe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Projetos e programas de inclusão digital deveriam, na teoria, promover a geração de trabalho e renda, a ampliação da cidadania, a popularização da ciência e da arte, o acesso e a produção de informação e conhecimentos, entre outras coisas. Estes devem estar atrelados a ações de geração de emprego, moradia, educação, participação política para tornarem-se programas de inclusão social.

No entanto, a realidade de muitas comunidades vulneráveis socialmente, como a experiência relatada aqui, é outra. O desenvolvimento do projeto Morro Digital provocou algumas reflexões que merecem destaque. Atividades de cunho formativo e educativo devem constituir pilares que concretizem as ações de inclusão e compromisso social de instituições de educação pública. Por outro lado, por mais que se tenha interesse e recursos para executá-las, essas ações não se concretizam caso algumas condições mínimas não forem garantidas. Comunidade, instituição e seus representantes tornam-se importantes na efetivação de qualquer projeto. Algumas políticas públicas – como a de segurança- devem estar asseguradas e permanentemente presentes. É preciso, portanto, produzir com urgência ações políticas e processos educativos capazes de enfrentar e modificar tais realidades.

Percebe-se que as falhas não estão nos indivíduos, mas no contexto onde estes operam. O verdadeiro modelo de um projeto de desenvolvimento social, independente do tamanho do público, não é composto de ações isoladas, mas é fruto da integração de muitas dessas ações. Portanto, um projeto de inclusão digital deve ir além da democratização da informação, ou seja, deve permitir o acesso aos meios de comunicação digitais para a população, com a abertura de espaços e instalação de máquinas e conectividade. O conceito de inclusão digital é mais abrangente e deve estar

associado ao de inclusão social. Caso contrário, pode estar desperdiçando esforços e recursos em processos limitados, redutores e até mesmo incoerentes.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao CNPq pelo apoio financeiro à realização do projeto.

REFERÊNCIAS

[BARRETO, A. M.; PARADELLA, M. D.; ASSIS, S.](#) Bibliotecas públicas e telecentros: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 37, n. 1, p. 27-36, abr. 2008.

[BIGUM, C.](#) **Silicon literacies**: communication, innovation and education in the electronic age. London: Routledge, 2002.

[BORDIEU, P.](#) **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: São Paulo, 1996.

[CARNEIRO JÚNIOR, N. et al.](#) Organização de práticas de saúde equânimes em atenção primária em região metropolitana no contexto dos processos de inclusão e exclusão social. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 30-39, 2006.

[ESTÊVÃO, C. A. V.](#) **Educação, democracia e participação**: relatório da disciplina. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, 2000.

[FERNANDES, R. C.](#) **Privado porém público**: o terceiro setor na América latina. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 2002.

[FUKUI, L.](#) **Violência e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

[GOUSSAL, D. M.; LEZCANO, M. S. U.](#) Location and marginal impact of Multipurpose Community Telecentres: a critical analysis. In: BIENNIAL CONFERENCE – INTERNATIONAL TELECOMMUNICATIONS SOCIETY, 13., 2000, Buenos Aires. **Proceedings...** Alberta: ITS, 2000.

[GUIMARÃES, E.](#) Violências nas escolas: o contexto do tráfico de drogas. In: DEBATE: violência, mediação e convivência na escola. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005. p. 22-31. (Boletim 23).

[LENHART, A. et al.](#) **PEW Internet & American Life Project. The ever-shifting internet population**: a new look at Internet access and the digital divide. Washington: Pew Internet & American Life Project, 2003.

[LOPES, J. R.](#) Terceiro Setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 57-66, 2004.

[MATTOS, F. A. M.; CHAGAS, C. J. N.](#) Desafios para Inclusão digital no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 67-94, jan./abr. 2008.

[MENDONÇA, A. V.](#) **Transferência da Informação para a inclusão digital**: integrando redes sociais e tecnológicas. Brasília, DF: Universidade de Brasília, CID, 2008. v. 5.

[MELO, E. M.](#) *et al.* A violência rompendo interações. As interações superando a violência. **Revista Brasileira Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 7, n. 1, p. 89-98, jan./mar. 2007

[NAZARIO, H. A.](#) **A inclusão digital**: os usos da internet em telecentros e lanhouses por jovens de baixa renda. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2010.

[PROENZA, F.](#) e-Para Todos. In: SILVEIRA, S.; CASINO, J. (Org.). **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

[SAMPSON, R. J.; RAUDENBUSH, S.; EARLS, F.](#) Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. **Science**, Washington, v. 277, p. 918-924, 1997.

[SILVEIRA, A. M. A.](#) Prevenção de homicídios: a experiência do Programa *Fica Vivo* no Morro das Pedras. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 163-176, jul./dez. 2008.

[TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D.](#) **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Brasil: UNICEF, 1996.

[WARSCHAUER, M.](#) **Tecnologia e inclusão digital**: a exclusão digital em debate. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.

[YU, L.](#) Understanding information inequality: making sense of the literature of the information and digital divides. **Journal of Librarianship and Information Science**, London, v. 38, n. 4, p. 229-252, 2006.

[ZALUAR, A.; LEAL, M. C.](#) Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 145-164, fev. 2001.

[ZALUAR, A.](#) **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.



[ZOTTIS, G. A. H. et al.](#) Violência e desenvolvimento sustentável: o papel da universidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 33-41, 2008.

[ZUCCHETTI, D. T.; MOURA, E. P. G.](#) Práticas socioeducativas e formação de educadores: novos desafios no campo social. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 66, mar. 2010. pp. 9-28.